



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL ESTADO DO PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N° 01/2022

PARECERES DOS RECURSOS

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO - FAU, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** os **PARECERES DOS RECURSOS** do Concurso Público n° 01/2023 da Prefeitura Municipal de Tijucas do Sul-PR, interpostos contra às questões da prova objetiva e o gabarito preliminar.

Art. 1º - Conforme Edital de Abertura, no caso de anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, inclusive aos que não tenham interposto recurso.

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa A “O banheiro é um dos principais focos de agentes infecciosos de uma casa.” é correta de acordo com o seguinte trecho do texto: Recentemente, a imagem do banheiro do “BBB 23”, com o piso do box imundo, viralizou na internet. Trata-se justamente de um dos *principais* focos de agentes infecciosos em uma casa, ao lado do quarto e a cozinha.

A alternativa B “Uma banheira pode conter mais bactérias que causam infecções na pele do que uma lata de lixo.” é correta de acordo com o seguinte trecho do texto: Segundo um estudo realizado pelo Centro de Higiene e Saúde em Casa e Comunidade, do Simmons College, em Boston, EUA, em uma banheira há mais bactérias que causam infecções na pele do que em uma lata de lixo — foram encontrados 25% microrganismos do gênero, em comparação a 5% identificado na lixeira. A alternativa C “O banheiro deve ser limpo com



desinfetante e água sanitária uma vez por semana.” é correta de acordo com o seguinte trecho do texto: O banheiro é um local onde a fonte de proliferação de fungos e bactérias é muito alta. O ideal é fazer a limpeza completa, com desinfetantes específicos e água sanitária, ao menos uma vez por semana” afirma Gabriela Castro, microbiologista da Richet Medicina & Diagnóstico. A alternativa D “Segundo alguns estudos, o banheiro é o cômodo da casa que mais contribui para a proliferação de bactérias e fungos.” é claramente a alternativa incorreta de acordo com o seguinte trecho do texto: Estudos apontam o espaço da cozinha como uma das áreas mais problemáticas da casa para a proliferação de bactérias e fungos —até mais do que o banheiro.

A alternativa E “Entre os fatores para a proliferação de bactérias e fungos na cozinha estão os alimentos crus e o acúmulo de lixo.” é correta de acordo com os seguintes trechos do texto: Estudos apontam o espaço da cozinha como uma das áreas mais problemáticas da casa para a proliferação de bactérias e fungos —até mais do que o banheiro. Isso porque o espaço recebe todo o tipo de alimento cru, como carnes e frangos, e mesmo verduras e legumes não lavados podem conter larvas. (...)O acúmulo de lixo e utensílios sujos pode atrair moscas, baratas e proliferação de microrganismos patogênicos.

QUESTÃO 06 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a questão exige que o candidato reconheça as classes que agrupam as palavras variáveis e invariáveis na língua portuguesa que podem ser nominadas de classes de palavras, classes gramaticais ou classes morfológicas (MESQUITA, 1999, p. 144) e são dez: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. A palavra *para* é uma preposição.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.



QUESTÃO 07 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a questão exige que o candidato reconheça a estrutura e os processos de formação de palavras na língua portuguesa aos quais se incluem os sufixos que são elementos mórficos que se agregam após ao radical da palavra (MESQUITA, 1999, p. 115). Na questão, apenas a palavra *banheiro* possui o sufixo –eiro que acrescenta o sentido de lugar onde se pratica uma ação como, por exemplo, ocorre também na palavra *canteiro*.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

QUESTÃO 08 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a questão exige que o candidato conheça a regras de uso da vírgula e reconheça que no período em tela ela foi empregada para separar termos com igual função sintática (MESQUITA, 1999, p. 473), no caso, função sintática de objeto direto do verbo *atrair*: moscas, baratas e proliferação de microrganismos patogênicos.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

QUESTÃO 09 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que o verbo *merecer* é um verbo transitivo e recebe o complemento de um objeto (MESQUITA, 1999, p. 420), pois quem merece, merece algo. Como esse complemento não é regido por preposição, classifica-se como objeto direto.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.



MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 11 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução: Temos um triângulo retângulo onde a sua base é formada pelos pontos A (2; 2) e C (8; 2), desta forma, temos como dimensão de sua base $8 - 2 = 6$, a altura deste triângulo é formada pelos pontos A (2; 2) e B (2; 5), desta forma a dimensão de sua altura é $5 - 2 = 3$. O cálculo de sua área é $(\text{base} \times \text{altura})/2$, ou seja, $(6 \times 3)/2 = 9$.

Alternativa correta letra C.

QUESTÃO 12 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução: como o enunciado solicita 8 ou mais dias, a solução se dá através do 3º quartil que é igual a 8. O 3º quartil é uma medida de posição que separa 75% dos valores iniciais de uma série de dados. Como uma série de dados pode ter “n” valores repetidos, neste exemplo hóspedes com permanência de 8 dias, ao que se refere ao 3º quartil, o percentual solicitado é $100\% - 75\% (q_3) = 25\%$.

Alternativa correta letra B.

QUESTÃO 13 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que apresenta erro.

A expressão $d = \frac{N}{(1+i/100)^n}$ de forma errônea foi denominada como a expressão do cálculo do desconto e NÃO como a expressão que mostra o resultado a ser



pago pela dívida, ou seja, o valor atual da dívida. Desta forma esta banca opta pela anulação da questão.

QUESTÃO 15 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

$$\text{Custo} = 20.000 + 6 \times (x \text{ igual ao número de calculadoras})$$

$$\text{Receita} = 15 \times x$$

$$\text{Lucro} = \text{receita} - \text{custo}$$

$$L = 15x - (20.000 + 6x)$$

$$L = 9x - 20.000$$

$$L = 9 \cdot (10.000) - 20.000$$

$$L = 70.000$$

Alternativa correta letra D.

CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES

QUESTÃO 16 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão versa sobre aspectos econômicos e históricos do município de Tijucas do Sul, previstos em edital, utilizando etimologia para afirmar a história da presença indígena tupi-guarani no território atualmente administrado pelo município, assim como referência contígua a um aspecto da economia local ligado à extração de minas de caulim, argilas plásticas, beneficiamento de saibro ou subprodutos da extração da areia. Não há, portanto, razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

FERREIRA, João Carlos Vicente. Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura, 2006.



LICCARDO, Antonio. Mineração no Paraná e Evolução Humana. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010. Disponível em: <http://www.geoturismobrasil.com/aulasN.html>. Acesso em 25 mai. 2023.

MOTTA et al. Argila Plástica para Cerâmica Branca. IN: LUZ, Adão; LINS, Fernando. Rochas e Minerais Industriais: usos e especificações. 2ª ed. Curitiba: CETEM, 2008.

Disponível em:

<https://www.cetem.gov.br/antigo/images/publicacoes/livros/rmi/34-RMIS-ARGILA-PLATICA-PARA-CERAMICA-BRANCA.pdf> . Acesso em 25 mai. 2023.

MINEROPAR, Minerais do Paraná S.A. Diagnóstico preliminar dos impactos ambientais da mineração no Paraná. Curitiba, 2001. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/06_relatorios_concluidos.pdf. Acesso em 25 mai. 2023.

ROSARIO, L. Â. DE P.; FERREIRA, L. DA S.; OLIVEIRA, I. L. DE. Propriedades em areias a verde com caulim para moldes de fundição. Matéria (Rio de Janeiro), v. 26, n. 4, p. e13065, 2021.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rmat/a/pr4g9t54jNkCKJnN6qHMwsv/abstract/?lang=pt>. Acesso em 25 mai. 2023.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 22 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Lei Orgânica do Município.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições da Lei, que assim prevê:

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

EMENDA DE REVISÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 1/2005

(...)



Art. 99. O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

Portanto, nos termos do artigo acima, é correto afirmar que, o Município de Tijucas do Sul poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

A insurgência do candidato é de que a questão 22 deveria ser anulada em razão de que a assistência social não possui caráter de contribuição, quando tal fato sequer faz parte da questão.

A questão é objetiva em solicitar que se assinalasse a alternativa correta com base na LEI ORGÂNICA MUNICIPAL EMENDA DE REVISÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 1/2005, lei prevista em edital.

Assim sendo o fato de possuir ou não caráter de contribuição como dito, é irrelevante, pois repetimos, não faz parte do mérito da questão do certame.

Veja que o próprio candidato aponta o artigo da lei, mas ainda assim, tenta em vão fundamentar seu pedido de anulação, com base na carta maior, e leis esparsas, mas sem razão, uma vez que a questão é objetiva e deriva de artigo de lei.

Referência Bibliográfica: artigo 99 da LEI ORGÂNICA MUNICIPAL / EMENDA DE REVISÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 1/2005.

QUESTÃO 23 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Estatuto dos Servidores.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições da Lei, que assim prevê:

Art. 10. São requisitos básicos para a investidura em cargos públicos municipais:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;



IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - aptidão física e mental;

VI - atestar bons antecedentes.

§ 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas 3% (três por cento) das vagas oferecidas

Portanto, nos termos do artigo acima, é correto afirmar que, às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas 3% (três por cento) das vagas oferecidas.

A insurgência do candidato que constou como alternativa A, sendo a correta, não procede, vez a alternativa apontada como correta é a C. Ainda, o candidato tenta argumentar suas razões em lei orgânica, quando a questão foi tratada no estatuto dos servidores de Tijucas do Sul. Portanto sem razão.

Veja que o próprio candidato aponta que no estatuto dos servidores existe a menção de porcentagem, e mesmo assim quer invalidar a questão em comento. No mais, de forma confusa, se baseia em leis e decretos diversos da questão e do próprio edital do concurso, e assim sendo seus apontamentos não tem relação alguma com o estatuto dos servidores.

Igualmente o outro candidato tece seus argumentos com base em edital, desconhecido por esta Banca julgadora, bem como quer fazer crer que a alternativa correta seria a letra E, mas a alternativa E aponta porcentagem diferente do verdadeiro com base no artigo 10 parágrafo segundo do referido estatuto, pois dita 5%, quando o correto é 3%.

Ademais, traz o candidato leis e decretos diversos, que não fazem parte da questão.

Referência Bibliográfica: artigo 10 da LEI Nº 50, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2005 que Institui o regime jurídico dos servidores públicos municipais da administração direta, autárquica e fundacional.



QUESTÃO 25 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Estatuto dos Servidores.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições da Lei, que assim prevê:

Art. 46. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em Lei.

§ 1º O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

§ 2º É assegurada a isonomia de vencimentos para os cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder, ou entre servidores do Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza do trabalho.

Portanto, nos termos do artigo acima, é correto afirmar que, é assegurada a isonomia de vencimentos para os cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder, ou entre servidores do Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza do trabalho.

A insurgência do candidato se baseia em leis diversas da questão, sendo que no artigo 46 é clara a presença de isonomia nos vencimentos para os cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder, ou entre servidores do Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza do trabalho, diferente do apontado pelo candidato, que sustenta que não há a dita isonomia prevista na questão, quando como dito, a isonomia deriva de tal artigo supracitado.

Ainda quer o candidato questionar a alternativa, alegando que houve erro de digitação, quando em verdade trata-se de cópia fiel do artigo acima citado, e a questão de interpretação faz parte do certame, ou seja, se o candidato não soube interpretar, certamente não terá sucesso na assertiva.

Ainda, a alternativa C diferente do apontado pelo candidato não está como correta, posto que o gabarito aponta a alternativa B.

Ainda a alternativa C não contem erro de digitação, e sim, existe alteração proposital para tornar a alternativa falsa.



Por último, o artigo 8º e 9º da referida lei, sequer foram alvo da questão, e não possuem relevância alguma ou referência com o artigo 46 da mesma lei, bem como a Lei 689, de 28 de novembro de 2019, também não foi alvo da questão, e jamais se contrapõe ao artigo 46 da lei 50 de 08/12/2005, sendo que deveria o candidato se ater ao contido no edital. Veja que a isonomia apontada, faz referência apenas a lei prevista do edital, sendo que leis diversas não podem ser motivos para anulação da questão por si só.

A questão é objetiva, e derivada da cópia fiel da lei.

Referência Bibliográfica: artigo 46 da LEI Nº 50, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2005 que Institui o regime jurídico dos servidores públicos municipais da administração direta, autárquica e fundacional.

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO – PERÍODO TARDE

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa A “Para Liz, as pessoas têm perspectivas diferentes após ter filhos.” é correta de acordo com o seguinte trecho do texto: Ela ficou perturbada com a ideia de jogar fora as bolsas, pensando que acabariam em um aterro sanitário ou incinerador. “Uma vez que você tem filhos, isso lhe dá uma perspectiva bem diferente do mundo”, disse Liz, mãe de três.

A alternativa B “No Reino Unido, as regras de reciclagem são municipais.” é correta de acordo com o seguinte trecho do texto: No Reino Unido, os municípios têm as próprias regras de reciclagem. A alternativa C “A empresa britânica TerraCycle transforma lixo em matéria-prima.” é claramente a INCORRETA de acordo com o seguinte trecho do texto: Eles coletaram itens difíceis de reciclar, como cápsulas de café e escovas de dente, e enviaram para empresas de reciclagem, incluindo a *americana* TerraCycle, que transforma o lixo em matéria-prima. A alternativa D “Além da reciclagem, Liz cuida de adultos



com deficiências de desenvolvimento e aprendizado.” é correta de acordo com o seguinte trecho do texto: “É muito gratificante poder reduzir a quantidade de lixo que sua casa está produzindo”, disse Liz, que cuida de adultos com deficiências de desenvolvimento e aprendizado. Nesta alternativa, infere-se que ao fazer o primeiro passo do processo de reciclagem que é a coleta de materiais, ela está envolvida no processo.

A alternativa E “Para Liz, é gratificante reduzir a quantidade de lixo produzido em sua casa.” é correta de acordo com o seguinte trecho do texto: “É muito gratificante poder reduzir a quantidade de lixo que sua casa está produzindo”, disse Liz, que cuida de adultos com deficiências de desenvolvimento e aprendizado.

QUESTÃO 04 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que as palavras *sanitário*, *início*, *matéria* e *próprias* são todas paroxítonas terminadas em ditongo. A única palavra proparoxítona é a *cápsulas*.

Referência Bibliográfica:

LUFT, Celso Pedro. *Midicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Àtica, 2004.

QUESTÃO 06 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “A” PARA “D”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será alterada no gabarito, tendo em vista que o advérbio *quase* pode ser classificado como de modo, intensidade ou dúvida a depender do seu contexto de realização (MESQUITA, 1999, p. 349). No período em tela, ele estabelece a circunstância de intensidade.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. *Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1999.



LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 22 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Lei Orgânica do Município.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições da Lei, que assim prevê:

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL
EMENDA DE REVISÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 1/2005
(...)

Art. 67. Os secretários ou diretores de departamentos serão escolhidos entre brasileiros maiores de vinte e um anos, no exercício dos seus direitos políticos.

Portanto, nos termos do artigo acima, é correto afirmar que, os secretários ou diretores de departamentos serão escolhidos entre brasileiros maiores de vinte e um anos, no exercício dos seus direitos políticos. (grifamos)

Ainda, o restante das alternativas são incorretas, vez que apenas a alternativa A aponta a idade de 21 anos, sendo cópia fiel da lei.

Ainda, o candidato tenta justificar que a questão deve ser anulada com base em lei diversa da exigida pelo certame.

A questão é objetiva, e cópia fiel da lei como já mencionado.

Referência Bibliográfica: artigo 67 da LEI ORGÂNICA MUNICIPAL / EMENDA DE REVISÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 1/2005.

QUESTÃO 25 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Estatutos dos Servidores.



No mais, o gabarito está de acordo com as disposições da Lei, que assim prevê:

LEI Nº 50, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2005

Institui o regime jurídico dos servidores públicos municipais da administração direta, autárquica e fundacional
(...)

Art. 135. Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento da mesma;

II - instauração de processo disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá trinta (30) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior

Portanto, nos termos do artigo acima, é correto afirmar que, o prazo para conclusão da sindicância não excederá trinta (30) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior. (grifamos)

Ainda, o restante das alternativas estão incorretas, vez que a alternativa A: As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, independente da identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade, esta incorreta, pois segundo o artigo 134 da referida lei é necessário conter a identificação e o endereço do denunciante.

Ainda a alternativa C e D, estão incorretas, pois o prazo para a conclusão de sindicância não excederá 30 dias, e a alternativa C aponta 60 dias, e por sua vez a alternativa D, aponta que o prazo para a conclusão da sindicância pode ser prorrogado por 15 dias, quando o correto é 30 dias.

Ainda a Alternativa E esta incorreta, pois a Autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público municipal não fica facultado a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada a ampla defesa, e sim obrigada a promover a sua apuração imediata. Ainda sem razão o candidato quando alega que a questão anunciou sobre processo disciplinar e questionou sobre sindicância, quando em verdade é obvio que o tema sindicância esta internamente ligado ao processo disciplinar. Por último, o artigo 139 da referida lei dita sobre afastamento preventivo do servidor, o que sequer foi tema da questão.



Referência Bibliográfica: artigo 133; 134 e 135 da LEI Nº 50, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2005.

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa A “Dirigir com sono pode ser tão perigoso quanto dirigir alcoolizado.” é correta de acordo com o seguinte trecho do texto: O trabalho apontou que indivíduos que tenham dormido menos de cinco horas na noite anterior têm o mesmo risco de sofrer um acidente de carro que alguém que tenha bebido álcool.

A alternativa B “Cerca de 20 por cento dos acidentes de trânsito são causados pela exaustão dos motoristas.” é correta de acordo com o seguinte trecho do texto: O estudo revelou que cerca de 20% dos acidentes de trânsito são causados por exaustão. A alternativa C “Dormir menos de quatro a cinco horas nas 24 horas anteriores dobra o risco de um acidente de carro.” é correta de acordo com o seguinte trecho do texto: Depois de sintetizar as descobertas de 61 estudos únicos, descobriram que dormir menos de quatro a cinco horas nas 24 horas anteriores está associado a aproximadamente o dobro do risco de um acidente de carro. A alternativa D “Segundo os pesquisadores, pode ser razoável exigir um mínimo de oito horas de sono antes de dirigir.” é a INCORRETA de acordo com o seguinte trecho do texto: Os pesquisadores sugerem, com base nos resultados e nas demais evidências científicas, que pode ser razoável exigir que os motoristas durmam um pouco mais antes de se sentar ao volante. “Se fôssemos alinhar com o grau de risco considerado aceitável para intoxicação, poderíamos considerar exigir um mínimo de quatro a cinco horas de sono antes.”.

A alternativa E “A falta de sono pode aumentar em até 15 vezes o risco de um acidente.” é correta de acordo com o seguinte trecho do texto: Alguns estudos até sugeriram que, quando um motorista dormiu entre zero e quatro horas na noite anterior, ele pode ter até 15 vezes mais chances de sofrer um acidente”, relataram os autores do estudo Madeline Sprajcer e Drew Dawson ao



portal The Conversation. E no contexto do texto, não importa a causa desse pouco tempo de sono.

QUESTÃO 05 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a questão exige que o candidato conheça as classes de palavras variáveis e invariáveis e seus funções no texto. As classes de palavras na língua portuguesa são dez: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição (MESQUITA, 1999, p. 144). As preposições estabelecem relações de sentido entre as palavras e no caso da preposição *após* é uma relação de tempo.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

QUESTÃO 07 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que ao passarmos a palavra “pesquisadores” para o singular, como no período em tela ela é sujeito do verbo *tentar*, devemos aplicar a regra de concordância verbal que nos diz que o verbo concorda em número e pessoa com o sujeito (MESQUITA, 1999, p. 508) e também a regra de concordância nominal que nos diz que o adjetivo, pronome, artigo e numeral concordam com o substantivo a que se referem em gênero e número (MESQUITA, 1999, p. 502).

Portanto, a alternativa correta é a A “O pesquisador, então, tentou definir de quanto sono prévio a pessoa precisa para dirigir com segurança”, na qual o artigo “o” e o verbo “tentou” concordam com o sujeito “pesquisador”. Na alternativa B, o artigo e o verbo não concordam com o sujeito (Os pesquisador, então, tentaram...); na alternativa C, o sujeito está no plural (O pesquisadores...); na alternativa D, o artigo não concorda com o sujeito (Os pesquisador, então, tentou...) e na alternativa E, o verbo não concorda com o sujeito (O pesquisador, então, tentaram...).



Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 11 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “E” PARA “A”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será alterada, tendo em vista que no gabarito preliminar encontra-se incorreta.

Resolução: como a sequência é recorrente quem se repete são seus elementos e o padrão de repetição desta sequência ocorre a cada 9 elementos ab8c14d96 e torna a se repetir desta forma, temos mais 9 repetições ab8c14d96 onde temos 18 elementos, o próximo é o 19º representado pela letra A e o vigésimo está representado pela letra B.

Alternativa correta letra A.

QUESTÃO 13 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que NÃO APRESENTA ERROS.

Resolução:

A questão trata de cálculo de porcentagem.

$12/100 \times 3600 = 432,00$ todo mês vai ser poupado, em 12 meses vai acumular R\$5.184,00.

Alternativa correta letra E.



QUESTÃO 14 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

$$5 \text{ LITROS} = 5000 \text{ ml}$$

$$5000/500 = 10, \text{ ou seja, são necessárias } 10 \text{ garrafas de } 500\text{ml.}$$

Alternativa correta letra A.

QUESTÃO 15 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

$$27 \times 25 = 675$$

$$675 \times 1/5 = 135$$

$$675 - 135 = 540$$

Alternativa correta letra D.

CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES

QUESTÃO 16 – **GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “E” PARA “A”**

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será alterada da alternativa “E” para a alternativa “A”, tendo em vista que entre as alternativas apresentadas aos candidatos, o gentílico correto para aquele que nasce em Tijucas do Sul é Tijuquense.



Referência Bibliográfica:

TIJUCAS DO SUL. Etimologia e gentílico. Disponível em: <https://www.tijucasdosul.pr.gov.br/cidade/etimologia-e-gentilico>. Acesso em 26 mai 2023.

IBGE. Tijucas do Sul. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/tijucas-do-sul/panorama>. Acesso em 26 mai. 2023.

QUESTÃO 20 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que no conteúdo programático do edital estava previsto noções gerais e/ou atualidades sobre cultura e sociedade brasileira, e dentre os elementos destacados está a televisão, em que pese o ator Pedro Paulo Rangel também ter reconhecida carreira no meio do teatro, o que não deixa de se enquadrar na categoria “cultura e sociedade brasileira”. Não há, portanto, razão fundamenta para anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

Anexo II – Conteúdo Programático do Edital do Concurso Público nº 01/2022.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 23 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Lei Orgânica do Município.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições da Lei, que assim prevê:

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL
EMENDA DE REVISÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 1/2005
(...)



Art. 49. As deliberações da Câmara Municipal serão tomadas mediante duas discussões,
no mínimo, e uma votação.

Parágrafo único. Os vetos, as indicações e os requerimentos terão uma única discussão e

Votação.

Portanto, nos termos do artigo acima, é correto afirmar que, as deliberações da Câmara Municipal serão tomadas mediante duas discussões, no mínimo, e uma votação. Os vetos, as indicações e os requerimentos terão uma única discussão e votação.

Ainda, o restante das alternativas são incorretas, vez que apenas a alternativa A é cópia fiel da lei, sendo que a alternativa B dita que as deliberações da Câmara Municipal serão tomadas mediante três discussões, quando o correto é duas, ainda alternativa C dita que As deliberações da Câmara Municipal serão tomadas mediante duas discussões, no mínimo, e duas votações, quando o correto é apenas uma votação. Ainda a alternativa D aponta que os vetos, as indicações e os requerimentos terão duas discussões, no mínimo, e duas votações, quando o correto é uma discussão e votação apenas.

Ainda, a alternativa E aponta que as deliberações da Câmara Municipal serão tomadas mediante três discussões, no mínimo, e duas votações, quando o correto é duas discussões no mínimo e uma votação apenas.

No mais, os artigos apontados pelo candidato não correspondem com a lei em questão usada para a elaboração da pergunta alvo do certame.

Referência Bibliográfica: artigo 49, parágrafo único da LEI ORGÂNICA MUNICIPAL / EMENDA DE REVISÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 1/2005.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NÍVEL SUPERIOR

ARQUITETO

QUESTÃO 29 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezado candidato, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que são definições consagradas na literatura sobre o assunto e pertencentes ao conteúdo programático do concurso: Princípios e normas relacionados a acessibilidade arquitetônica.

Referência Bibliográfica: ABNT NBR 9050/2020: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

QUESTÃO 30 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que a referida Norma foi cancelada.

Referência Bibliográfica: <https://www.abntcatalogo.com.br/grd.aspx> 3.

QUESTÃO 31 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que São definições consagradas na literatura sobre o assunto e pertencentes ao conteúdo programático do concurso: Legislação: Normas técnicas, Legislação profissional.

Referência Bibliográfica: São definições consagradas na literatura sobre o assunto: Desenho Técnico: Cotagem.



QUESTÃO 32 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão 32 será ANULADA, tendo em vista que existe mais de uma alternativa correta.

Referência Bibliográfica: Erros ortográficos contido no Art. 30 da LEI de Uso e Ocupação do Solo do Município de Tijucas do Sul (LEI Nº 243/2010) comprometeram a questão.

QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que São definições consagradas na literatura sobre o assunto: Conforto Térmico.

Referência Bibliográfica: FROTA, Anésia Barros; SCHIFFER, Sueli Ramos. Manual de Conforto Térmico. São Paulo – SP, Studio Nobel. 2003, p. 24.

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que São definições consagradas na literatura sobre o assunto.

Referência Bibliográfica: São definições consagradas na literatura sobre o assunto: Cidades Sustentáveis.

QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que São definições consagradas na literatura sobre o assunto: Desenho computacional.

Referência Bibliográfica: Ferramentas do software AutoCAD 2000.



QUESTÃO 37 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que a questão apresenta DUAS alternativas incorretas.

Referência Bibliográfica: LAMBERTS, Roberto; PEREIRA, Fernando O. R.; DUTRA, Luciano. Eficiência Energética na Arquitetura. São Paulo – SP, PW Editores, 1997, p. 58.

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa correta se refere ao Decreto Federal Nº 5.296:2004 - normas técnicas de acessibilidade.

Referência Bibliográfica: Decreto Federal Nº 5.296:2004 - normas técnicas de acessibilidade.

AUDITOR FISCAL

QUESTÃO 26 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão trata da imunidade constitucional, ou seja, não incidências previstas na Constituição Federal da República Federativa do Brasil. O Recurso traz uma decisão judicial que versa sobre Isenção e não Imunidade. A isenção será concedida em Lei pelo Ente tributante, que no caso do IPTU seria o Município. A Imunidade é decorrente do art. 150 da Constituição Federal, que menciona, EXCLUSIVAMENTE, instituições de Assistência Social e Educação, sem previsão das Instituições de Saúde, vejamos abaixo:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre:



c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

Referência Bibliográfica: Art. 150 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil.

QUESTÃO 30 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o Enunciado da questão solicitava as características que deveriam constar no Auto de Lançamento e Infração. A alíquota do tributo será sempre aquela vigente na data do fato gerador, já o valor/alíquota da infração será a vigente na data da sua lavratura, vejamos os dispositivos do Código Tributário Nacional:

Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

II - tratando-se de ato não definitivamente julgado:

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

Art. 112. A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:

I - à capitulação legal do fato;

II - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;

III - à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;

IV - à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

Art. 144. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Referência Bibliográfica: Arts. 106, 112 e 144 do Código Tributário Nacional.



QUESTÃO 31 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “B” PARA “C”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ALTERADA PARA A LETRA C, tendo em vista que houve um equívoco por parte da Banca. Assiste razão aos Recorrentes que a afirmativa II não pode ser divulgada em hipótese alguma, uma vez que o processo fiscalizatório é totalmente sigiloso. Por outro lado, a afirmativa III apresenta uma informação que pode ser divulgada pelo Fisco, nos termos do Código Tributário Nacional:

Art. 198

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I – representações fiscais para fins penais;

II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;

III - parcelamento ou moratória; e

IV - incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica.

Referência Bibliográfica: Art. 198 do Código Tributário Nacional.

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o prazo decadencial começa a ser contado a partir do primeiro dia do ano seguinte ao ano em que poderia ter sido realizado e não a partir do fato gerador, como mencionado no Recurso, nos termos do Código Tributário Nacional:

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;



Referência Bibliográfica: Art.173 do Código Tributário Nacional.

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o próprio recurso já apresenta a solução de resposta. A afirmativa E afirma que a isenção pode ser estendida para as taxas. Vejamos o que diz o Código Tributário Nacional, em seu art. 177:

Art. 177. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:

I - às taxas e às contribuições de melhoria;

Neste tocante não cabem muitos argumentos sobre o tema, uma vez que o CTN PERMITE a aplicabilidade da isenção sobre as taxas, por óbvio, exigindo uma lei que assim disponha. Resumindo, a isenção pode ser aplicada as taxas, desde que a legislação preveja. Neste sentido é correto afirmar que a isenção pode ser extensiva às taxas.

Referência Bibliográfica: Art. 177 do Código Tributário Nacional.

QUESTÃO 35 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que ocorreu erro na alternativa C ,que, conforme alegado, pode ter levado os candidatos ao erro.

Art. 21. Os tributos devidos, apurados na forma dos arts. 18 a 20 desta Lei Complementar, deverão ser pagos:

§ 4º A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples

Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:



I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá à alíquota efetiva de ISS a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação.

Referência Bibliográfica: Lei Complementar Federal nº 123/2006.

CONTADOR

QUESTÃO 31 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista, primeiramente, que os registros Contábeis devem representar fidedignamente as variações do Ente, ou seja, as mudanças patrimoniais e orçamentárias devem ser registradas tão logo a informação esteja disponível. Ao finalizar uma sessão de pregão, todas as informações para a realização do Empenho estariam disponíveis, não havendo qualquer razão que justifique o Empenho em data futura.

Além deste fato, para que seja autorizada a emissão do Contrato, por parte da Autoridade Administrativa, é requisito obrigatório a Nota de Empenho, sob pena de responsabilização daquele que não observar tal exigência. Deve contar no instrumento contratual os dados da Nota de Empenho. A Nota de Empenho pode, inclusive, substituir o Contrato.

Lei Federal nº 4.320/1964:

Art. 58. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

Art. 61. Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.



Referência Bibliográfica: Lei Federal nº 4.320/1964, MCASP e Lei Federal nº 14.133/2021.

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a aquisição de material de consumo é uma despesa do ponto de vista orçamentário, devendo ser incorporado ao estoque e registrada despesa PATRIMONIAL no momento da sua utilização. Vejamos o que consta no MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (pgs 116 e 117):

Na aquisição de material de consumo que será estocado em almoxarifado para uso em momento posterior, no qual será reconhecida a despesa orçamentária:

a. No momento do empenho:

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

e. No momento do reconhecimento da variação patrimonial diminutiva por competência (no momento da saída do estoque):

Natureza da informação: patrimonial

D 3.3.1.1.1.xx.xx Consumo de Material – Consolidação

C 1.1.5.6.x.xx.xx Estoques – Almoxarifado (P)

Diante do exposto, fica demonstrado que a despesa com material de consumo deve ser empenhada no momento da aquisição, enquanto a variação patrimonial deve ocorrer no momento da utilização dos materiais.

Referência Bibliográfica: MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público é claro ao determinar que variações



patrimoniais recebidas, mas que serão reconhecidas em anos futuros deve constar no Passivo Não Circulante do Ente público:

Passivo Não Circulante
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar
a Longo Prazo
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo
Obrigações Fiscais a Longo Prazo
Transferências Fiscais a Longo Prazo
Provisões a Longo Prazo
Demais Obrigações a Longo Prazo
Resultado Diferido
Total do Passivo Não Circulante

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Referência Bibliográfica: MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a Lei Complementar Federal nº 101/2000 é clara ao definir que a Reserva de Contingência deve ser apresentada na Lei Orçamentária Anual e não na Lei de Diretrizes Orçamentárias. O equívoco por parte do(a) recorrente se deu pelo fato de que na Lei de Diretrizes Orçamentárias deve constar a forma de cálculo da Reserva e não a Reserva em si, garantindo compatibilidade entre as duas leis, conforme transcrito abaixo:

Da Lei Orçamentária Anual

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:



III - conterà reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

Referência Bibliográfica: Lei Complementar Federal nº 101/2000.

ENFERMEIRO

QUESTÃO 28 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a afirmativa “Embora possa acometer também adultos, é mais frequente em crianças, especialmente entre as menores de cinco anos de idade.

A doença é, na grande maioria dos acometidos, benigna e autolimitada, com duração de aproximadamente uma semana. Entretanto, recentemente foram relatados surtos com erupções extensas e graves com evolução desfavorável, incluindo óbitos” está CORRETA, uma vez que alguns achados na literatura demonstram evidências científicas para casos de mortalidade relacionados a Síndrome Mão-Pé-Boca (MPB), considerando complicações clínicas específicas.

[...] Seguem referências, incluindo Sociedade Brasileira de Pediatria, *World Health Organization* e *American Academy of Pediatrics*.

Referência Bibliográfica:

-AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS. Enterovirus (nonpoliovirus) infections (Group A and B coxsackieviruses, echoviruses, and numbered enteroviruses). In: American Academy of Pediatrics. Red Book: 2018 Report of the Committee on Infectious Diseases, 31th ed. Elk Grove Village, IL: Kimberlin D (Ed), American Academy of Pediatrics, Elk Grove Village, IL 2018. p. 331-34.

-Lipe DN, Affleck S. Atypical presentation of hand, foot, and mouth disease in an adult. *Clin Pract Cases Emerg Med*. 2018 Mai;2(2):179-80.

-Mao L, Fu X, Wu J, Shen L, Gu J, Yuan Z, et al. The dynamics of the hand, foot and mouth disease epidemic from 2008 to 2016 in Zhenjiang city, China. *Future Microbiol*. 2018 Jul;13:1029-40.



- Mathes EF, Oza V, Frieden IJ, Cordero KM, Yagi S, Howard R, et al. “Eczema coxsackium” and unusual cutaneous findings in an enterovirus outbreak. *Pediatrics*. 2013 Jul;132(1):e149-57.
- Ramirez-Fort MK, Downing C, Doan HQ, Benoist F, Oberste MS, Khan F, et al. Coxsackievirus A6 associated hand, foot and mouth disease in adults: clinical presentation and review of the literature. *J Clin Virol*. 2015 Jan;60(4):381-6.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Departamento Científico de Dermatologia e Departamento Científico de Infectologia. Síndrome Mão-Pé-Boca. 2019-2021.
- Huang J, Liao Q, Ooi MH, Cowling BJ, Chang Z, Wu P, et al. Epidemiology of recurrent hand, foot and mouth disease, China, 2008-2015. *Emerg Infect Dis*. 2018 Mar;24(3):432-42.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Regional Office for the Western Pacific, Regional Emerging Diseases Intervention (REDI) Centre. A guide to clinical management and public health response for hand, foot and mouth disease (HFMD) [Internet]. Geneva: WHO; 2011. Disponível em: <<https://iris.wpro.who.int/handle/10665.1/5521>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o tema apresentado pela QUESTÃO 34 relaciona-se a vários itens do Conteúdo Programático do Edital: A enfermagem e o cuidado na saúde da família; Processo saúde-doença do indivíduo, da família e coletividade; Ações que visam a prevenção, tratamento e controle de doenças infecciosas e infectocontagiosas; Atribuições do enfermeiro e da equipe de enfermagem; Procedimentos de enfermagem; Atenção Primária; Saúde Coletiva; e Código de Ética e legislação profissional.

[...] O conhecimento em farmacologia, bem como os princípios farmacológicos dos medicamentos (indicação, ação da droga, via de administração e potenciais riscos) é de competência do Enfermeiro tanto na Atenção Primária quanto na Assistência Hospitalar, previsto em Código de Ética e Legislação Profissional.

[...] Doenças virais infectocontagiosas são de extrema relevância em Saúde Pública/Coletiva; é responsabilidade do Enfermeiro, como parte integrante da Equipe de Saúde da Família, conhecer os Protocolos Terapêuticos,



principalmente em casos de patologias de importância epidemiológica global, como é o caso da Influenza.

[...] Diante do contexto apresentado acima, não há possibilidade de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura, interpretação e análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Protocolo de tratamento de Influenza. Brasília, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN Nº 564/2017. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html>. Acesso em 29 mai. 2023.

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, conforme as legislações nacionais de Saúde Pública, “Universalização, equidade e integridade” correspondem a PRINCÍPIOS do SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), sendo a ALTERNATIVA B a ÚNICA CORRETA dentre as opções apresentadas pela questão.

[...] Diante do contexto apresentado acima, não há possibilidade de duplas interpretações dentre as alternativas; cabe ao candidato a leitura, interpretação e análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Lei Nº 8.142, de 28 de setembro de 1990.

BRASIL. Portaria Nº 2.488, de 21 de outubro de 2011.



ENGENHEIRO AGRÔNOMO

QUESTÃO 31 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que autores como Meirelles e Rupp em 2005 revisaram e continuaram a concordar com o trabalho da autora Ana Primavesi 1992, no qual costa como Língua de vaca (*Rumex ssp*) indica excesso de nitrogênio livre e terra fresca, revisão essa que o próprio governo brasileiro e o governo do estado de São Paulo informa em materiais que disponibilizam para a população.

Materiais esses que passaram pelas mãos de diversos profissionais mesmo assim não houve mudanças, logo a banca irá manter a alternativa como CORRETA, e a questão como tendo somente a alternativa B como INCORRETA.

Referência Bibliográfica: Boas Práticas Agropecuárias Um guia para pequenos e médios produtores do Estado de São Paulo (2010) e <https://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/CartilhaAgroecologica.pdf>

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que o próprio autor do recurso apresentou um texto que comprova a veracidade da alternativa, pois houve um erro ortográfico na alternativa, faltando a letra (e), contudo, a cultura de trigo com a doença de brusone é um indício de deficiência de COBRE no solo, o mesmo vale para o cafeeiro, os candidatos preparados sabendo que não existe uma espécie de trigo com o nome trigo Cafeeiro, logo de entenderam que referia-se a cultura de trigo e cafeeiro, portanto a questão será mantida.

Referência Bibliográfica: Boas Práticas Agropecuárias Um guia para pequenos e médios produtores do Estado de São Paulo (2010) e <https://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/CartilhaAgroecologica.pdf>



QUESTÃO 36 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a única alternativa com informações incorretas da questão era a “E”, haja vista que o Tambaqui é um peixe omnívoro, com preferência por sementes de castanheiras e de palmeiras, alimentando-se também de plâncton, frutas, insetos aquáticos, caracóis, sementes e grãos de cereais, pequenos peixes, folhas e brotos de plantas aquáticas e não com hábitos alimentares iliófagos (alimentando-se dos sedimentos e lodo acumulados nos fundos dos corpos d'água), como a afirmativa apresentava.

Esta afirmação – têm hábitos alimentares iliófagos – por si só já indicava, sem sombra de dúvidas, que se tratava da alternativa incorreta. Quanto às demais alternativas, as informações apresentadas, embora parciais, eram verdadeiras. E, em nenhum momento se objetivou descrever ou apresentar a totalidade de características de cada espécie ou grupo citado, mas algumas informações destas, o que não tornam as alternativas incorretas.

Referência Bibliográfica:

[https://gia.org.br/portal/wp-](https://gia.org.br/portal/wp-content/uploads/2013/11/TAMBAQUI_FINALIZADO_PDF.pdf)

[content/uploads/2013/11/TAMBAQUI_FINALIZADO_PDF.pdf](https://gia.org.br/portal/wp-content/uploads/2013/11/TAMBAQUI_FINALIZADO_PDF.pdf)

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/102566/1/boletim.pdf>

ENGENHEIRO CIVIL

QUESTÃO 30 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que $5\text{m} \times 100\text{ kN/m} = 500\text{ kN}$. Como são dois apoios divide por 2 = 250 kN no cabo. Tensão no cabo de $250 / ((1,6/2)^2 \times \pi) =$ aproximadamente 125 KN/cm^2 (arredondando a área de 2,01 para 2,00 cm^2), o que é igual a aproximadamente 1250 Mpa. Como o módulo de elasticidade é igual a tensão sobre a deformação, tem-se: deformação = $125/10000 = 0,01250$. $L_0 \times 0,0125 = 200 \times 0,0125 = 2,5\text{cm}$ de deformação. Como o cabo é tracionado o comprimento final é $200+2,5$ sendo igual a 202,50cm.



QUESTÃO 37 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o peso próprio da estrutura sempre é existente, sempre será uma hipótese a se considerar, visto quem sem a estrutura não há cálculo de combinação de esforços e a alternativa E está desconsiderando o peso próprio da estrutural (que deve ser sempre considerado).

Referência Bibliográfica: hipóteses de cálculo considerando combinações da NBR 8681.

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a norma da ABNT NBR 5626/2020 recommento para o caso dimensões maiores ou iguais a 70mm, sendo atendida a norma em casos te tubulação de a 70mm até 100mm sem limitar apenas a tubulações maiores ou iguais a 100mm.

Referência Bibliográfica: ABNT NBR 5626/2020.

MÉDICO I

QUESTÃO 29 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o argumento do candidato é infundado, tendo em vista que a interpretação da questão faz parte da prova e no enunciado está bem claro que “analise as alternativas e ASSINALE A CORRETA”.

Referência Bibliográfica:

<https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/dist%C3%BArbios-renais-e-urin%C3%A1rios/c%C3%A1lculos-no-trato-urin%C3%A1rio/c%C3%A1lculos-no-trato-urin%C3%A1rio>



QUESTÃO 30 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDO, tendo em vista que Que no enunciado refere sobre formas de tratamento e não específico como o candidato informou no recurso (fase emergencial), desta forma será mantido o gabarito da questão. E o argumento do candidato é infundado, tendo em vista que a interpretação da questão faz parte da prova e no enunciado está bem claro que “analise as alternativas e ASSINALE A CORRETA”.

Referência Bibliográfica:

<https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/dist%C3%BArbios-renais-e-urin%C3%A1rios/c%C3%A1lculos-no-trato-urin%C3%A1rio/c%C3%A1lculos-no-trato-urin%C3%A1rio>

QUESTÃO 33 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “C” PARA “B”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será alterada, tendo em vista que a interpretação da questão faz parte da prova e no enunciado esta bem claro que “analise as alternativas e ASSINALE A CORRETA”. Conforme argumento do candidato e revisão da questão, a banca altera o gabarito, pois como foi informado a grande maioria dos casos ed retorno venoso prejudicado e em Membros inferiores e mão superiores como esta na alternativa I.

Referência Bibliográfica:

<https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/doen%C3%A7as-cardiovasculares/doen%C3%A7as-venosas-perif%C3%A9ricas/trombose-venosa-profunda-tvp>

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDO, tendo em vista que o argumento do candidato é infundado, tendo em vista que a interpretação da questão faz parte da prova e no enunciado esta bem claro que “analise as alternativas e ASSINALE A CORRETA”.



Referência Bibliográfica:

<https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/doen%C3%A7as-cardiovasculares/doen%C3%A7as-venosas-perif%C3%A9ricas/trombose-venosa-profunda-tvp>

QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDO, tendo em vista que o argumento do candidato é infundado, tendo em vista que a interpretação da questão faz parte da prova e no enunciado esta bem claro que “analise as alternativas e ASSINALE A CORRETA”. Conforme o mesmo candidato informou no recurso e uma nomenclatura utilizado pelo o órgão máximo de saúde da federação Brasileira, sendo desta forma mantido o gabarito.

Referência Bibliográfica:

<https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/doen%C3%A7as-cardiovasculares/doen%C3%A7as-venosas-perif%C3%A9ricas/trombose-venosa-profunda-tvp>

QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDO, tendo em vista que o argumento do candidato é infundado, tendo em vista que a interpretação da questão faz parte da prova e no enunciado esta bem claro que “analise as alternativas e ASSINALE A CORRETA”.

Referência Bibliográfica:

<https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/hematologia-e-oncologia/anemias-causadas-por-eritropoese-deficiente/anemia-da-doen%C3%A7a-renal>



QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDO, tendo em vista que Sobre o questionamento do candidato sobre o enunciado o mesmo está bem claro – “SINDROME MIOLODISPLASICA” e não como o candidato informou “Anemia mielodislásica”, e continuando o enunciado o mesmo informa que nesta síndrome a anemia é importante e continuando o enunciado o mesmo informa sobre o formato da anemia, ou seja, normocítica ou macrocítica.

O candidato ainda retira do site MSD na íntegra o conteúdo da questão deixando em anexo, tendo com isto uma fundamentação incoerente e não fundamentada. Desta forma a questão será mantida e com ela o gabarito.

Referência Bibliográfica:

<https://www.msmanuals.com/pt-br/37rofessional/hematologia-e-oncologia/anemias-causadas-por-eritropoese-deficiente/mielodisplasia-e-anemia-por-defici%C3%Aancia-de-transporte-de-ferro>

MÉDICO II

QUESTÃO 29 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o argumento do candidato é infundado, tendo em vista que a interpretação da questão faz parte da prova e no enunciado está bem claro que “analise as alternativas e ASSINALE A CORRETA”.

Referência Bibliográfica:

<https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/dist%C3%BArbios-renais-e-urin%C3%A1rios/c%C3%A1lculos-no-trato-urin%C3%A1rio/c%C3%A1lculos-no-trato-urin%C3%A1rio>



QUESTÃO 30 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDO, tendo em vista que Que no enunciado refere sobre formas de tratamento e não especifico como o candidato informou no recurso (fase emergencial), desta forma será mantido o gabarito da questão. E o argumento do candidato e infundado, tendo em vista que a interpretação da questão faz parte da prova e no enunciado está bem claro que “analise as alternativas e ASSINALE A CORRETA”.

Referência Bibliográfica:

<https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/dist%C3%BArbios-renais-e-urin%C3%A1rios/c%C3%A1lculos-no-trato-urin%C3%A1rio/c%C3%A1lculos-no-trato-urin%C3%A1rio>

QUESTÃO 33 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “C” PARA “B”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será alterada, tendo em vista que a interpretação da questão faz parte da prova e no enunciado esta bem claro que “analise as alternativas e ASSINALE A CORRETA”. Conforme argumento do candidato e revisão da questão, a banca altera o gabarito, pois como foi informado a grande maioria dos casao ed retorno venoso prejudicado e em Membros inferiores e mão superiores como esta na alternativa I.

Referência Bibliográfica:

<https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/doen%C3%A7as-cardiovasculares/doen%C3%A7as-venosas-perif%C3%A9ricas/trombose-venosa-profunda-tvp>

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDO, tendo em vista que o argumento do candidato é infundado, tendo em vista que a interpretação da questão faz parte da prova e no enunciado esta bem claro que “analise as alternativas e ASSINALE A CORRETA”.



Referência Bibliográfica:

<https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/doen%C3%A7as-cardiovasculares/doen%C3%A7as-venosas-perif%C3%A9ricas/trombose-venosa-profunda-tvp>

QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDO, tendo em vista que o argumento do candidato é infundado, tendo em vista que a interpretação da questão faz parte da prova e no enunciado esta bem claro que “analise as alternativas e ASSINALE A CORRETA”. Conforme o mesmo candidato informou no recurso e uma nomenclatura utilizado pelo o órgão máximo de saúde da federação Brasileira, sendo desta forma mantido o gabarito.

Referência Bibliográfica:

<https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/doen%C3%A7as-cardiovasculares/doen%C3%A7as-venosas-perif%C3%A9ricas/trombose-venosa-profunda-tvp>

QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDO, tendo em vista que o argumento do candidato é infundado, tendo em vista que a interpretação da questão faz parte da prova e no enunciado esta bem claro que “analise as alternativas e ASSINALE A CORRETA”.

Referência Bibliográfica:

<https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/hematologia-e-oncologia/anemias-causadas-por-eritropoese-deficiente/anemia-da-doen%C3%A7a-renal>



QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDO, tendo em vista que Sobre o questionamento do candidato sobre o enunciado o mesmo está bem claro – “SINDROME MIOLODISPLASICA” e não como o candidato informou “Anemia mielodislásica”, e continuando o enunciado o mesmo informa que nesta síndrome a anemia é importante e continuando o enunciado o mesmo informa sobre o formato da anemia, ou seja, normocítica ou macrocítica.

O candidato ainda retira do site MSD na íntegra o conteúdo da questão deixando em anexo, tendo com isto uma fundamentação incoerente e não fundamentada. Desta forma a questão será mantida e com ela o gabarito.

Referência Bibliográfica:

<https://www.msmanuals.com/pt-br/40rofessional/hematologia-e-oncologia/anemias-causadas-por-eritropoese-deficiente/mielodisplasia-e-anemia-por-defici%C3%Aancia-de-transporte-de-ferro>

ODONTÓLOGO II

QUESTÃO 28 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que, de acordo com a literatura:

Classificação das Anomalias Dentárias: }

Alterações de forma: Microdontia, macrodontia, geminação, fusão, dens in dente (dens invaginatus), hipoplasia de esmalte, amelogênese imperfeita, displasia dentinária, dentinogênese imperfeita, dentes de Huchinson, dilaceração, taurodontismo. }

Alterações de número: Displasia ectodérmica, anodontia (total ou parcial), dentes supranumerários e acessórios, dentição pré-decídua, dentição pós-permanente, raízes supranumerárias, raízes fusionadas. } Alterações de erupção: Dentes retidos ou impactados, erupção retardada, concrecência, supraerupção.



Referência Bibliográfica:

https://www5.unioeste.br/portaunioeste/arq/files/estomatologiaNaWeb/Aula_7_-_Alteracoes_do_Orgao_Dentario.pdf

QUESTÃO 29 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a literatura publicada pelo Ministério da Saúde afirma:

Ação: O dentifrício fluoretado apresenta uma ação benéfica na prevenção das cáries porque aumenta a concentração de flúor na saliva por cerca de 40 minutos após a escovação. Em acréscimo, o F se retém na cavidade bucal por um período ainda maior de tempo por dois mecanismos.

Referência Bibliográfica:

http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_fluoretos.pdf

QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a literatura “Cariologia: Conceitos Básicos, Diagnóstico e Tratamento Não Restaurador” apresenta a seguinte afirmativa: “Pelo exposto acima, é possível notar que a suspensão do processo ativo de desmineralização (pelo controle do biofilme e dieta, associado ao uso do fluoreto) já resulta em uma reversão da lesão de cárie incipiente.”

Referência Bibliográfica: Cariologia: Conceitos Básicos, Diagnóstico e Tratamento Não Restaurador (Abeno)

[Cariologia_Se_rie_Abeno_Odontologia_Esse%20\(2\).pdf](#)



PROCURADOR MUNICIPAL

QUESTÃO 26 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Lei Orgânica do Município.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições da Lei, que assim prevê:

EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 05 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

II - o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Portanto, os argumentos do candidato de que não houve menção de que “até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, I e II, da Constituição Federal,” não tem relevância, no momento em que foi cobrado dos candidatos o conhecimento da emenda a lei orgânica n. 05 de 28 de agosto de 2017, conforme previsão em edital.

Veja que tal emenda altera a redação do art. 1º da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 01, de 20 de julho de 2017, a qual altera a redação do inciso II do art. 163 da Lei Orgânica Municipal. (artigo 1º de tal emenda. Não era necessário a menção a carta maior, pois repetimos, a questão serviu para cobrar o conhecimento dos candidatos acerca da lei orgânica do município e suas alterações.

A questão é objetiva, e derivada da cópia fiel da lei.

Referência Bibliográfica: EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 05 DE 28 DE AGOSTO DE 2017.



QUESTÃO 30 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto lei orgânica do Tribunal de contas do Estado do Paraná.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições da Lei, que assim prevê:

Art. 306. Compete ao Tribunal de Contas aferir a legalidade dos cálculos das quotas do ICMS devidas aos Municípios para o fim de homologação, dando ciência à Assembleia Legislativa.

Portanto, os argumentos do candidato de que referida norma é inconstitucional não pode prevalecer, uma vez que se trata de questão objetiva, que visa inclusive cobrar conhecimento dos candidatos acerca de lei prevista em edital.

O fato de tal norma ser constitucional ou não, para o certame é irrelevante, pois não foi alvo da questão a aplicabilidade de tal norma ou não no mundo jurídico.

Veja que o próprio candidato se mostra confuso, pois aponta que o artigo é inconstitucional e logo em seguida que é parcialmente inconstitucional. Repetimos, a questão é objetiva, e derivada da cópia fiel da lei, e a questão não aborda o fato de ser constitucional ou não.

Referência Bibliográfica: Art. 306 da lei orgânica do Tribunal de contas do Estado do Paraná.

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Direito Administrativo.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições da Lei.



Quanto a insurgência do candidato, ao mesmo não assiste razão, pois a alternativa A, diferente do apontado não está correta, como o mesmo quer fazer crer, pois quando da alteração proposital feita pela Banca, certo é de que tal alteração tornou a assertiva falsa, senão vejamos:

O artigo 17 da lei 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992, assim prevê:

A ação para a aplicação das sanções de que trata esta Lei será proposta pelo Ministério Público e seguirá o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), salvo o disposto nesta Lei.

A alternativa A assim constou:

A ação para a aplicação das sanções de que trata esta Lei será proposta pelo Ministério Público e seguirá o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), mesmo que por analogia. Ou seja, a alternativa A, aponta que a ação para aplicação das sanções de que se trata a lei 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992, será proposta pelo Ministério Público e seguirá sempre o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, mesmo que por analogia, o que a torna falsa, uma vez que o artigo é claro de que havendo disposição específica na própria lei 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992, o CPC não será usado e, hipótese alguma.

Referência Bibliográfica: Art. 17 da lei 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Direito Constitucional.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições da Lei.

Quanto a insurgência do candidato, ao mesmo não assiste razão, pois a alternativa E, diferente do apontado não está incorreta, como o mesmo quer fazer crer, pois o fato de não constar o Poder Executivo em tal texto, não tornou



a assertiva falsa, pois a questão não cobra dos candidatos o fato de se ter a integralidade do texto ou não, ou seja, a supressão proposital do ente Poder Executivo, jamais torna falsa o apontado, pois a conjunção “ou” por óbvio dita que tanto o Congresso Nacional como o Poder Executivo podem ou não efetivar as medidas ali cabíveis.

Referência Bibliográfica: Art. Art. 71, §2º da Carta Maior.

QUESTÃO 36 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Direito Civil.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições da Lei. Quanto a insurgência do candidato, ao mesmo não assiste razão, pois a alternativa D, diferente do apontado não está correta, como o mesmo quer fazer crer, pois houve a alteração proposital do artigo 210 do CC, senão vejamos tal artigo:

Art. 210. Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.

Vejamos o que constou na alternativa D:

Pode o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei. A mudança proposital de “deve” para “pode”, torna a questão errada, pois quando o juiz deve, temos o chamado poder-dever do magistrado, que esta obrigado por lei, de declarar a decadência de ofício, ou seja, sem ouvir ate mesmos as partes, quando estabelecido em lei.

Porém, o termo “pode”, torna o Juiz com a faculdade de declarar tal decadência ou não, ou seja, não existe a obrigação legal.

Referência Bibliográfica: Art. artigo 210 do Código civil.



QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Noções de Direito processual do Trabalho.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições da Lei.

Quanto a insurgência do candidato, ao mesmo não assiste razão, pois a alternativa D, esta correta, não assistindo razão o candidato quando alega que todas as alternativas estão erradas.

Veja que o apontado na alternativa D, sendo: Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, sendo defeso a compensação entre os honorários, confirma que perante a lei, com base na CLT, artigo 791-A, é proibido a compensação entre honorários, senão vejamos a norma em questão:

§ 3º Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.

Veja que o fato de não se reproduzir a cópia fiel da norma, não torna a alternativa nula, cabendo ao candidato interpretar as questões.

Referência Bibliográfica: Art. artigo 791-A, § 3º da CLT.

QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Noções de Direito Tributário.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições da Lei.

Ademais, não houve fundamentação no que tange aos questionamentos de tal questão.



Referência Bibliográfica: lei 5.172, de 25 de outubro de 1966.

PROFESSOR

QUESTÃO 30 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que é fundamental interpretar o que o enunciado solicita e considerando que as outras opções não completam a resposta. Também a de se considerar que a democracia é um dos aspectos a serem trabalhados dentro da gestão educacional.

Referência Bibliográfica: Gravação realizada em São Paulo, no Instituto Paulo Freire, para a série Projeto Político-Pedagógico da escola, apresentada no programa Salto para o Futuro/TV Escola/SEED/MEC, de 20/04 a 30/04 de 1997. A série teve a consultoria de Moacyr Gadotti e contou com a mediação de Gaudêncio Frigotto.

QUESTÃO 31 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que erro de digitação não impede que a resposta seja compreendida e não causa nenhum prejuízo a interpretação correta do que o enunciado solicita.

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que o trabalho proposto pela BNCC traz 10 competências a serem desenvolvidas com os alunos durante o percurso estudantil e não 08 competências. Também os fundamentos pedagógicos da BNCC possuem premissas, porém as chamadas disciplinas curriculares, agora são tratadas como componentes curriculares.

Referência Bibliográfica: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>



QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a resposta está correta, todas as assertivas são diretrizes.

Referência Bibliográfica:

<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

LEI N° 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa D é que traz a resposta correta, pois Fernando Henrique Cardoso iniciou seu mandato em 1995.

Referência Bibliográfica: <https://www.infoescola.com>

QUESTÃO 37 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que o art. 170 da referida lei, referia-se a:

Art. 170. “A Receita, e despesa da Fazenda Nacional será encarregada a um Tribunal, debaixo de nome de 'Thesouro Nacional' aonde em diversas Estações, devidamente estabelecidas por Lei, se regulará a sua administração, arrecadação e contabilidade, em reciproca correspondencia com as Thesourarias, e Autoridades das Provincias do Imperio”.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm



QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a resposta (B) é a que traz a resposta correta, conforme consta no Parecer nº CEB 04/98.

Referência Bibliográfica:

<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13254-parecer-ceb-1998>

PSICÓLOGO

QUESTÃO 30 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão foi elaborada corretamente e a alternativa correta é a “D”. Analisando o conteúdo copiado da Portaria nº 2436/2017 citada na questão:

Art. 3º São Princípios e Diretrizes do SUS e da RAS a serem operacionalizados na Atenção Básica:

I - Princípios:

- a) Universalidade;
- b) Equidade; e
- c) Integralidade.

II - Diretrizes:

- a) Regionalização e Hierarquização;
- b) Territorialização;
- c) População Adscrita;
- d) Cuidado centrado na pessoa;

Portanto:

ALTERNATIVA A errada, pois territorialização é diretriz e não princípio.

ALTERNATIVA B errada, pois equidade é princípio e não diretriz.

ALTERNATIVA C errada, pois integralidade é princípio e não diretriz.

ALTERNATIVA D correta, pois população adscrita é diretriz.

ALTERNATIVA E errada, ordenação da rede não é nem princípio e nem diretriz.



Referência Bibliográfica:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão foi elaborada corretamente, o conteúdo da alternativa C: “Defesa do protagonismo e da autonomia dos usuários e a abdicação de práticas de caráter clientelista”, não é uma segurança afiançada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (artigo 4º da NOB SUAS) e sim um dos princípios éticos para a oferta da proteção socioassistencial no SUAS (Artigo 6º), conforme referência bibliográfica nas páginas 16-17-18.

Referência Bibliográfica:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf

QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão foi elaborada corretamente, conforme a Lei 8069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente realmente “Pessoas jurídicas também podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento” (art. 19-B, § 3º). Na alternativa D o que se apresenta é o oposto da Lei: “Pessoas jurídicas são proibidas de realizar apadrinhamento de criança ou adolescente”, assim o conteúdo é falso e a alternativa D está errada, a questão pede para assinalar a alternativa CERTA, que é a alternativa B.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm



QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão foi elaborada corretamente e não foi apresentada erros.

Referência Bibliográfica:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeinovacao/article/download/2964/1498>

<http://www.funasa.gov.br/cronologia-historica-da-saude-publica>

<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/politica-nacional-de-atencao-integral-a-saude-da-mulher-pnaism/>

QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA tendo em vista que a questão foi elaborada corretamente, conforme o capítulo Vygotsky e o processo de formação de conceitos de Marta Kohl de Oliveira, do livro Piaget, Vygotsky, Wallon - Teorias Psicogenéticas em Discussão. São Paulo: Summus, 1992. Segue o parágrafo utilizado:

“A linguagem humana, sistema simbólico fundamental na mediação entre sujeito e objeto do conhecimento, tem, para Vygotsky, duas funções básicas: a de intercâmbio social e a de pensamento generalizante. Isto é, além de servir ao propósito de comunicação entre indivíduos, a linguagem simplifica e generaliza a experiência, ordenando as instâncias do mundo real em categorias conceituais cujo significado é compartilhado pelos usuários dessa linguagem” (Kohl, 1992 p. 27).

Referência Bibliográfica: Piaget, Vygotsky, Wallon - Teorias Psicogenéticas em Discussão. São Paulo: Summus, 1992.

QUESTÃO 36 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão foi



elaborada corretamente, trecho do livro do autor que trabalha com grupos David Zimerman: “Sempre que ouvimos falar em grupos operativos, imediatamente surgem alguns conceitos a respeito dos mesmos que não traduzem o seu significado e /ou abrangência e, demonstram o quanto eles ainda são pouco conhecidos em nosso meio. A pergunta mais ouvida é: os grupos operativos são terapêuticos? Muitos fazem essa distinção entre os mesmos, o que revela a desinformação sobre esse tema. Todo grupo operativo é terapêutico, mas nem todo grupo terapêutico é operativo. Para Pichon Rivière, "o grupo operativo é um instrumento de trabalho, um método de investigação e cumpre, além disso, uma função terapêutica".

Todo grupo que tiver uma tarefa a realizar e que puder, através desse trabalho operativo, esclarecer suas dificuldades individuais, romper com os estereótipos e possibilitar a identificação dos obstáculos que impedem o desenvolvimento do indivíduo e que, além disso, o auxilie a encontrar suas próprias condições de resolver ou se enfrentar com seus problemas é terapêutico” (1997, p. 95).

Referência Bibliográfica: Livro Como Trabalhamos com Grupos de David Zimerman e Luiz Carlos Osorio, 1997, capítulo 9.

QUESTÃO 37 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que apesar da questão ter sido elaborada corretamente conforme a matéria do autor: Aristides Volpato Cordioli no livro Psicoterapias: abordagens atuais / 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 458, é flagrante a dificuldade de situar claramente a técnica como do escopo da terapia comportamental somente, logo é válido a possibilidade do enunciado da questão ter causado confusão no que foi pedido, assim passível de anulação da questão.

Referência Bibliográfica: Psicoterapias: abordagens atuais / Aristides Volpato Cordioli. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 458.



QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão foi elaborada corretamente conforme o disposto na Lei 10.708/2003:

Alternativa A correta: Artigo 2º, §3: “O benefício terá a duração de um ano, podendo ser renovado quando necessário aos propósitos da reintegração social do paciente”.

Alternativa D está incorreta, pois foi utilizada a palavra “ou” o que indica um condicionamento diverso do previsto em lei, bem como no texto da lei evidentemente não se refere à comprovação da autonomia do paciente.

Na lei: “Art. 4º O pagamento do auxílio-reabilitação psicossocial será suspenso quando alcançados os objetivos de reintegração social e autonomia do paciente”. Na alternativa: O pagamento do auxílio-reabilitação psicossocial será suspenso quando alcançado o objetivo de reintegração social ou comprovada a autonomia do paciente.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.708.htm

QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão foi elaborada corretamente, visto que a afirmativa 2 aponta que o afeto em torno do qual o Complexo de Édipo se estabelece é a frustração, tal ponto está eminentemente errado, pois “o afeto em torno do qual o Édipo masculino se organiza, culmina e chega ao desenlace é a angústia; a chamada angústia de castração” (Nasio, 1995, p. 41).

Logo, a afirmativa 2 está incorreta. Obstante da afirmativa 3 que está correta conforme indicação teórica do mesmo renomado autor e na mesma obra, segue o trecho: “Numa palavra, para o menino, o pai se apresenta sob três imagens diferentes: amado como um ideal, odiado como um rival e desejado como um objeto sexual. É isso que nos empenhamos em sublinhar: o essencial do Édipo



masculino são as vicissitudes da relação do menino com o pai, e não como se costuma acreditar com a mãe” (Nasio, 1995, p. 43).

Referência Bibliográfica: Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan / sob a direção de J.-D. Nasio. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que:

A tecla Enter é utilizada para iniciar parágrafo, quebrar uma linha no texto ou efetuar confirmações.

A tecla Shift é utilizada para iniciar caracteres especiais ou ativar momentaneamente as teclas maiúsculas do teclado (mantendo a tecla Shift pressionada). Tab é usada na edição de textos. Serve como marcador de parágrafos. Ela é útil também quando precisamos movimentar o cursor de um campo a outro, ou seja, para preencher cadastros, entrar no e-mail, etc. Chamada de Backspace, essa tecla serve para retroceder o cursor, apagando os caracteres à esquerda do cursor.

A tecla Caps Lock ativa/desativa as letras maiúsculas do teclado. A Print Screen é utilizada para capturar imagens que são exibidas na tela do computador. A tecla Control tem utilidade principalmente quando usada em conjunto com outras teclas, nos chamados “atalhos do teclado”.

A Alt é uma tecla de controle alternativo. Libera o uso do menu para trabalhar com o teclado e também pode ser combinada com outras teclas para executar funções. A tecla Esc ou escape é usada para abandonar uma tela, programa ou menu. A Delete ou Del apaga um caractere à direita do cursor. No Windows, deleta arquivos ou pastas.



Referência Bibliográfica:

JESUS, Wilsovelton Teles de; AZARA FILHO, Milton Ferreira de. Informática Básica para o Estudo On-Line. Instituto Federal de Goiás. 2020.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 28 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que Contrato Administrativo (MAXIMIANO; NOHARA, 2017, p.300): Contrato Administrativo pode ser conceituado, em sentido restrito, como: “(...) como o ajuste de vontades firmado entre a Administração Pública e terceiros regido por regime jurídico de direito público e submetido às modificações de interesse público, assegurados os interesses patrimoniais do contratado”.

Características (MAXIMIANO; NOHARA, 2017, p.303)

São características genéricas do contrato administrativo, portanto nos contratos em geral:

- Consensualidade: deriva de acordo de vontades;
- Formalidade: deve ser via de regra, escrito e obedecer a diversos requisitos formais.
- Onerosidade: é geralmente remunerado.
- Comutatividade: assegura vantagens recíprocas;
- Firmado intuitu personae: obriga o contratado a realizar o contrato, não se permitindo, salvo nos limites fixados, a subcontratação.
- Natureza de contratação e adesão: em que as cláusulas são preestabelecidas pela Administração e normalmente constam em forma de minuta do próprio instrumento convocatório da licitação, sendo fiéis as determinações contidas em leis e regulamentos.

Além destas, há características específicas encontráveis nos contratos administrativos:

- Participação do Poder Público ou da Administração Pública como parte participante.
- Finalidade de atendimento ao interesse público, que gera mutabilidade do contrato.
- Obediência ao procedimento prévio de licitação, à exceção dos casos de contratação direta permitida nas hipóteses legais, e;



- Presença de causas exorbitantes, baseadas na supremacia do interesse público, veiculado pela Administração.

Referência Bibliográfica:

MAXIMIANO, Antonio Amuaru; NOHARA, Patricia Irene. Gestão Pública: uma abordagem integrada da administração e do direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2017.

TÉCNICO AMBIENTAL

QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a questão pergunta o que as três cidades possuem EM COMUM, ou seja, mesmo Vitória possuindo ilhas consideradas ilhas oceânicas, Florianópolis e São Luís também precisariam tem para a afirmação I estar correta.

Ilhas Costeiras: As costeiras estão próximas ao litoral e encontram-se apoiadas na parte do relevo do continente que avança para o mar. Algumas ilhas costeiras muito conhecidas abrigam capitais de estado como São Luís (MA), Vitória (ES) e a ilha de Santa Catarina, onde se situa a capital Florianópolis.

Referência Bibliográfica:

https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/encerrados/gt-zona-costeira/docs-zona-costeira/acps-zona-costeira/manual_atuacao_zona_costeira.pdf

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

QUESTÃO 29 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão versa sobre as variações patrimoniais e não orçamentárias. O Recurso questiona o porquê do valor dos serviços de terceiros não ter sido considerado no mês de Fevereiro/2023. Os serviços de terceiros foram considerados como variações



patrimoniais do mês de Fevereiro de 2023, os itens que não foram considerados foram aquisição de estoque e adiantamento de 13º salário. Variações patrimoniais ocorridas no mês de Fevereiro/2023: Serviços Terceirizados R\$ 160.000,00. Depreciação R\$ 40.000,00.

Total R\$ 200.000,00 (alternativa D).

Referência Bibliográfica: NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE.

QUESTÃO 34 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “C” PARA “D”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ALTERADA PARA A ALTERNATIVA D, tendo em vista que a realização de uma obra pública deve ser classificada como Investimento e não Inversão Financeira, conforme havia sido mencionado no gabarito preliminar, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 4.320/1964:

§ 4º Classificam-se como investimentos as dotações para *o planejamento e a execução de obras*, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Referência Bibliográfica: Art. 12 da Lei Federal nº 4.320/1964.

QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a Lei Federal nº 4.320/1964 e o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público determinam que os recursos recebidos de outros entes, quando destinados para investimentos (despesas de capital), serão considerados como Receita com Transferência de Capital:

Art.11 da Lei Federal nº 4.320/1964:



§ 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

MCASP

Código 2.4.0.0.00.0.0 – Receita de Capital – Transferências de Capital Na ótica orçamentária, são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados para atender despesas em investimentos ou inversões financeiras¹⁰, a fim de satisfazer finalidade pública específica; sem corresponder, entretanto, a contraprestação direta ao ente transferidor.

Por outro lado, o MCASP é claro no sentido de considerar as Receitas com Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária como Receitas Extra Orçamentárias quando do seu recebimento:

São exemplos de ingressos extraorçamentários: os depósitos em caução, as fianças, as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO)³, a emissão de moeda, e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

Referência Bibliográfica: Lei Federal nº 4.320/1964 e MCASP.

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que no recurso foi alegado que o percentual máximo da Receita que pode ser destinado para remuneração dos Vereadores é de 5%. O argumento é verdadeiro. Ocorre que o Enunciado da questão não solicitou o percentual destinado para a Remuneração dos Vereadores e sim o gasto total com pessoal do Poder Legislativo, englobando a Remuneração dos Vereadores e de todos os servidores públicos do órgão. Este percentual é definido na Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 6%, conforme transcrito abaixo:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:



- a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

R\$ 150.000.000,00 x 6% = R\$ 9.000.000,00 (alternativa B)

Referência Bibliográfica: Art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, conforme os manuais do Ministério da Saúde, os volumes de administração das vacinas Tríplice Viral, VORH e BCG estão corretos nos Itens I, II e III:

[...]

I - Tríplice Viral - volume de administração = 0,5 mL.

II - VORH - volume de administração = 1,5 mL.

III - BCG - volume de administração = 0,1 mL.

[...] Diante do contexto apresentado acima, não há possibilidade de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura, interpretação e análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de Rede de Frio. 4. ed. Brasília, 2013.

QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a ÚNICA opção que preenche a lacuna da frase apresentada no enunciado é a ALTERNATIVA D - PROCESSO.



[...] De acordo com a Resolução COFEN Nº 358/2009, “o PROCESSO de Enfermagem é um instrumento metodológico que orienta o cuidado profissional de Enfermagem e a documentação da prática assistencial”.

[...] Diante do contexto apresentado acima, não há possibilidade de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura, interpretação e análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN Nº 358/2009. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-3582009_4384.html>. Acesso em: 29 mai. 2023.

TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL

QUESTÃO 31 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que: de acordo com a literatura a alternativa A está correta.

Dentição decídua x Dentição permanente:

Os dentes decíduos são menores que os permanentes e sua raiz é de vida curta, ou seja, depois de um ou dois anos completamente formadas, elas começam um processo de reabsorção. Coroas dos decíduos são mais baixas e largas.

Os decíduos têm o colo mais estreito do que os permanentes.

As bossas cervicais dos decíduos são mais proeminentes.

Os decíduos possuem sulcos e depressões pouco marcadas.

Os decíduos possuem as raízes longas em relação à coroa e são mais retilíneas.

Nos molares decíduos, o bulbo radicular é curto e as raízes são muito mais divergentes para acomodar os permanentes em formação.

O esmalte é mais delgado nos decíduos.

Dentes decíduos são mais esbranquiçados do que os permanentes e por esse motivo são chamados de "dentes de leite".

Referência Bibliográfica:

<https://www.bu.ufmg.br/imagem/000026/000026fe.pdf>



QUESTÃO 37 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que, de acordo com a literatura:

LESÃO INATIVA (CRÔNICA) CONDUTA: - Proservação.

RESTAURAÇÃO COM SOBRECORTO CONDUTA: - Acabamento e polimento.

Referência Bibliográfica:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/597678/2/Cariologia%20na%20Pr%C3%A1tica.pdf>

TÉCNICO EM RADIOLOGIA

QUESTÃO 28 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a temperatura afeta diretamente a viscosidade. O aquecimento dos meios de contraste à temperatura corporal de 37° reduz a viscosidade de todos os compostos, permitindo mais velocidade de injeção. O pré-aquecimento do meio de contraste iodado é considerado uma boa prática.

Referência Bibliográfica: DUTRA, Bruna. *Meios de contraste: conceitos e diretrizes* -- 1. ed. -- São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2020. Gonçalves, José. *Radiologia: perguntas e respostas*. – São Paulo: Martinari, 2011.

QUESTÃO 30 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que inquestionavelmente todas as referências bibliográficas são unânimes em afirmar o menor osso do corpo humano sendo o estribo, o qual possui cerca de 2,6mm a 3,4mm de comprimento e 2,0 mg a 4,3mg seu peso.



Quanto a grafia da alternativa b, hioide, foi enviada corretamente em formulário próprio para o departamento de concursos da FAU. No questionamento acima é afirmado que a alternativa b – Fioide, não condiz sendo uma alternativa válida para os ossos. Apesar do erro de grafia, porém o mesmo não induz a interpretação errada da questão apresentada, sendo a alternativa correta a alternativa D – Estribo.

OBS: Apesar que erro de grafia, a mesma não interferiu na correta interpretação da questão, assim sendo mantida a questão.

Referência Bibliográfica: BONTRAGER, Kenneth L., - *Tratado de posicionamento radiográfico e anatomia associada* - 8. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. SANTOS, Vanessa - *10 curiosidades sobre o esqueleto*. Disponível em: <<https://escolakids.uol.com.br/ciencias/10-curiosidades-sobre-esqueleto.htm#>> Acesso em: 28 de mai. 2023.

QUESTÃO 36 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será anulada, tendo em vista que de fato a referida questão não está incluída no conteúdo programático do referido concurso.

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a prata mencionada na referida questão é indubitavelmente aos cristais de prata, uma vez que o filme radiográfico é composto de ambos os lados com gelatina impregnada de sais halogenados de prata (brometo ou iodeto), formando a parte sensível do filme.

O hipossulfito de sódio, conhecido também como tiosulfato de sódio na solução fixadora tem a função de agir como solvente da prata que elimina os cristais não sensibilizados, promovendo o aparecimento das áreas radiopacas, e fixa a imagem. Sendo assim a palavra prata mencionada na alternativa correta da questão não dá margem para erro de interpretação e refere-se aos cristais de prata contidos no filme radiológico e que tais cristais não sensibilizados pela radiação precisam ser dissolvidos.



Referência Bibliográfica: GONÇALVES, José. *Radiologia: perguntas e respostas*. – São Paulo: Martinari, 2011. BIASIOLI, Antonio. *Técnicas radiográficas*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Rubio, 2006. Filmes e processamento radiográfico. Disponível em: <<https://www.sanarsaude.com/portal/carreiras/artigos-noticias/filmes-processamento-radiografico>> Acesso em: 28 de mai. 2023.

NÍVEL FUNDAMENTAL

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

QUESTÃO 29 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que conforme retirado do site oficial da casa civil, planalto.gov.br, a lei que considera como profissional da saúde (profissão regulamentada) o Agente Comunitário de Saúde, foi a Lei 14.536 de 20 de Janeiro de 2023.

Referência bibliográfica:



Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 14.536, DE 20 DE JANEIRO DE 2023

Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, a fim de considerar os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias como profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, para a finalidade que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A [Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006](#), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“[Art. 2º-A](#). Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias são considerados profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, para fins do disposto na [alínea 'c' do inciso XVI do caput do art. 37 da Constituição Federal](#).”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de janeiro de 2023; 202º da Independência e 135º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Esther Dweck
Nísia Verônica Trindade Lima
Luiz Mannho



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14536.htm



AUXILIAR ADMISTRATIVO

QUESTÃO 28 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que Contrato Administrativo (MAXIMIANO; NOHARA, 2017, p.300): Contrato Administrativo pode ser conceituado, em sentido restrito, como: “(...) como o ajuste de vontades firmado entre a Administração Pública e terceiros regido por regime jurídico de direito público e submetido às modificações de interesse público, assegurados os interesses patrimoniais do contratado”.

Características (MAXIMIANO; NOHARA, 2017, p.303)

São características genéricas do contrato administrativo, portanto nos contratos em geral:

- Consensualidade: deriva de acordo de vontades;
- Formalidade: deve ser via de regra, escrito e obedecer a diversos requisitos formais.
- Onerosidade: é geralmente remunerado.
- Comutatividade: assegura vantagens recíprocas;
- Firmado intuitui personae: obriga o contratado a realizar o contrato, não se permitindo, salvo nos limites fixados, a subcontratação.
- Natureza de contratação e adesão: em que as cláusulas são preestabelecidas pela Administração e normalmente constam em forma de minuta do próprio instrumento convocatório da licitação, sendo fiéis as determinações contidas em leis e regulamentos.

Além destas, há características específicas encontráveis nos contratos administrativos:

- Participação do Poder Público ou da Administração Pública como parte participante.
- Finalidade de atendimento ao interesse público, que gera mutabilidade do contrato.
- Obediência ao procedimento prévio de licitação, à exceção dos casos de contratação direta permitida nas hipóteses legais, e;
- Presença de causas exorbitantes, baseadas na supremacia do interesse público, veiculado pela Administração.



Referência Bibliográfica:

MAXIMIANO, Antonio Amuaru; NOHARA, Patricia Irene. Gestão Pública: uma abordagem integrada da administração e do direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2017.

QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que Ata (MEDEIROS, 2010, p.287), é o resumo escrito do que se disse ou se fez em circunstâncias mais ou menos solene. Resumo escrito do que se fez ou se disse em sessão de assembleia, sociedade, júri, corporação.

Para Odacir Beltrão “ata é documento em que se registram, resumidamente, mas com clareza, as ocorrências de uma reunião de pessoas para determinado fim.

São elementos constitutivos da ata:

1. Localizadores temporais: dia, mês, ano e hora da reunião (sempre por extenso)
2. Espaço da reunião: local (sede da instituição, rua, nº, cidade).
3. Nome e sobrenome das pessoas presentes, com respectivas qualificações.
4. Declarações do presidente e secretário.
5. Assuntos tratados (ordem do dia).
6. Fecho.
7. Assinaturas de presidente, secretário e participantes da reunião.

Referência Bibliográfica:

MEDEIROS, João Bosco. Correspondência: técnicas de comunicação criativa. 20ed. São Paulo: Atlas, 2010.

QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que no âmbito da disciplina arquivística, são estabelecidas etapas para o efetivo gerenciamento dos documentos. O ciclo de vida dos documentos arquivísticos é tratado pela teoria das três idades. Seu objetivo é classificar os estágios ou fases pelas quais passam os documentos dentro da instituição (corrente, intermediária e permanente). Este é, com certeza, um dos assuntos mais presentes em provas de



concursos públicos na matéria Noções de Arquivologia. Citam-se, a seguir, as definições de Valette por serem objetivas e de fácil compreensão: (REIS, 2013, p.30-34).

1. Arquivo de Primeira Idade ou Corrente: "constituído de documentos em curso ou consultados frequentemente, conservados nos escritórios ou em repartições que os receberam e os produziram ou em dependências próximas de fácil acesso".

2. Arquivo de Segunda Idade ou Intermediário: "constituído de documentos que deixaram de ser frequentemente consultados, mas cujos órgãos que os receberam e os produziram podem ainda solicitá-los para tratar de assuntos idênticos ou retomar um problema novamente focalizado. Não há necessidade de serem conservados próximos aos escritórios".

3. Arquivo de Terceira Idade ou Permanente: "constituído de documentos que perderam todo valor de natureza administrativa e que se conservam em razão de seu valor histórico ou documental e que constituem os meios de conhecer o passado e a sua evolução. Estes são os arquivos históricos propriamente ditos, pois é nessa fase que os documentos são arquivados de forma definitiva".

O que define, de forma decisiva, a fase na qual o documento arquivístico está alocado é, por um lado, a frequência de uso dos documentos pela entidade produtora ou acumuladora e, por outro, a identificação dos valores administrativo (primário) e histórico (secundário) presentes ou não nos documentos.

1.4.1. Arquivos Correntes

Os arquivos correntes são assim considerados porque geralmente estão em tramitação, mas é importante enfatizar que em muitos casos, mesmo sem movimentação, os documentos podem ser assim considerados. O critério que define tal status para tais arquivos é relacionado à frequência de sua utilização ou consulta. Os documentos de primeira idade estão geralmente localizados próximos aos seus setores empresariais produtores e são conhecidos também, pela terminologia arquivística, como arquivos ativos. Tais documentos possuem valor administrativo para a empresa, valor este chamado de primário. Dentre as atividades realizadas no âmbito da fase corrente, podem ser destacadas as de protocolo, arquivamento, consulta, expedição e empréstimo de documentos.

1.4.2. Arquivos Intermediários

Quanto aos arquivos intermediários, pode-se afirmar que eles poderão ser consultados e utilizados de modo esporádico por seus produtores, pois já cumpriram os seus principais objetivos na idade corrente junto à administração.



Dessa forma, os documentos que já não são mais necessários nos departamentos empresariais devem ser transferidos para um arquivo central ou um arquivo geral, que possua esse caráter de guarda intermediária, a fim de serem cumpridos prazos prescricionais (legais) e precaucionais (discricionários) antes da destinação final deles (eliminação ou recolhimento para guarda permanente). Apesar de estarem longe dos setores organizacionais produtores, tais documentos ainda pertencem a eles. Esses arquivos são também conhecidos como semiativos e, juntamente com os arquivos correntes, são também possuidores de valor primário.

1.4.3. Arquivos Permanentes

Os arquivos permanentes, por sua vez, são aqueles que deverão ser arquivados definitivamente e que, portanto, não podem ser eliminados jamais. Tais documentos devem ser preservados por apresentarem um valor histórico-cultural (secundário), ou seja, não mais possuem o valor primário. São classificados como permanentes, por exemplo, os documentos que revelam a origem, a constituição e a evolução da instituição, normas, regulamentos e outros que se caracterizam como históricos para a instituição. Ao contrário das idades corrente e intermediária, tais arquivos são abertos ao público, isto é, não há restrições quanto à possibilidade de pesquisa por terceiros. Esta idade é também chamada de inativa, tendo como principais atividades a reunião da documentação histórica, o arranjo - isto é, a classificação desses arquivos -, a conservação e a descrição dos documentos. Ainda no próximo tópico deste capítulo, será abordado, de modo mais específico, o tratamento documental nos arquivos de terceira fase.

Referência Bibliográfica:

Arquivologia facilitada [recurso eletrônico] / Leonardo Reis e João Santos. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. recurso eletrônico.

QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que de acordo com o elementos mais importante e frequentemente procurado em cada caso, o arquivo pode ser organizado pelos métodos: (SENAI, 2015, p.87).

- Alfabético



- Variadex
- Geográfico
- Ideográfico
- Numérico.

Métodos de arquivamento numéricos

Os documentos podem ser arquivados de acordo com diversos métodos, como os relacionados a seguir:

- Método numérico simples;
- Método cronológico;
- Método numérico duplex;
- Método alfanumérico;
- Método decimal.

Método numérico simples

O método numérico simples atribui a um número a cada correspondente ou cliente, ou pessoa física ou jurídica, obedecendo-se à ordem de entrada ou de registro, sem qualquer preocupação com a ordenação alfabética. O método exige um índice alfabético remissivo.

Método cronológico

No método cronológico, a ordem principal de entrada é a data. É muito utilizado em repartições públicas. Os documentos, ou conjunto de documentos, recebem um número e também a data de entrada.

Método numérico duplex

No método número duplex

No método número duplex a documentação é dividida em classes, conforme os assuntos, partindo-se do gênero para a espécie e desta para a minúcia.

O método duplex oferece as mesmas possibilidades do método decimal quanto ao agrupamento de assuntos, permitindo abertura ilimitada de classes, subclasses, etc.

Método alfanumérico

O método alfanumérico procura utilizar as vantagens dos métodos alfabético e numérico. Dessa combinação surgiu um método que tem a simplicidade do alfabético e numérico.



Este método trabalha com tabela constituída de divisões do alfabeto, previamente planejadas e numeradas em ordem crescente.

Usam-se notações fechadas para evitar que, uma vez numeradas, as divisões sejam alteradas.

Referência Bibliográfica: SENAI. Assistente de Recursos Humanos. São Paulo: Senai-SP, 2015.

MOTORISTA B

QUESTÃO 26 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que se trata de uma via rural com pista simples, ou seja, de fácil presunção que é uma via rural pavimentada (rodovia).

Referência Bibliográfica: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm

MOTORISTA C

QUESTÃO 31 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “A” PARA “E”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão terá seu gabarito alterado de “A” pra “E” tendo em vista erro no gabarito preliminar, e a única alternativa que atende corretamente ao enunciado é a alternativa “E”.

Referência Bibliográfica: Lei 9.503/97.

MOTORISTA D

QUESTÃO 27 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que se trata de uma via



rural com pista dupla, ou seja, de fácil presunção que é uma via rural pavimentada (rodovia).

Referência Bibliográfica: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm

QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que quando o enunciado propõe que todas as alternativas estão corretas, se refere as alternativas I, II, III e IV uma vez que não há a alternativa número “V”. Tal condição já excluía a alternativa “E” por si própria.

Referência Bibliográfica: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm

QUESTÃO 38 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será anulada, tendo em vista que houve erro de elaboração da mesma e nenhuma alternative atende ao enunciado.